



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO
CNPJ: 03.238.904/0001-48

Página 1

Solicitação de Materiais / Serviços

Solicitação	Responsável	Data
00330/26	Wesley Valadares Cardozo	27/02/2026
Descrição		
AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QL		
Poder	EXECUTIVO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Setor Solicitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
Centro de Custo	176 FUNDO DE SAUDE	

Observação

AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Item	Cód. Produto	Descrição dos Itens/Serviços	Unidade	Qtde
1	128.000.026	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTIVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, ARCONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA	UND	1

ERIKA LEONEL DE ALMEIDA

Rua, Arnaldo Jorge da Cunha Nº 444
Centro - Porto Esperidião-MT
CEP: 78240-000

000001



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

COMUNICAÇÃO INTERNA/2026

Porto Esperidião - MT, 13 fevereiro de 2026.

Para: Departamento de Compras

A.C : Sr(a). Giuliana Menkes Negro


Assunto: **Solicitação Faz;**

Venho por meio desta, solicitar de Vossa Senhoria que seja realizada através dos tramites legais, Contratação de Empresa especializada para aquisição dos seguintes produtos no município de Porto Esperidião;

AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Segue em anexo ETP para contratação.

Atenciosamente,


Erika Leonel de Almeida Borges
Secretário Municipal de Saúde
Portaria 03/2025

000002



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo

Mediante este termo fica autuado processo administrativo instruído sob o N° 11/2026, na forma da Lei 14.133/21.

AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Na forma constante no termo de referência.

Dê seguimento ao processo.

Porto Esperidião – MT 25 de fevereiro de 2026.


ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
- Secretária Municipal de Saúde-
Portaria n.º 003/2025

000003

Dados do Plano de Ação

Permite a manutenção de Planos de Ação no sistema

Plano de Ação: 09032025-084263 / 2025

Programa: 09032025

Situação do Plano de Ação: Cliente

Beneficiário: 03.238.904/0001-48 - MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIAO (MT)

Emenda Parlamentar: 202542010001-CARLOS FÁVARO

Situação do Plano de Trabalho: Aprovado

Dados Básicos Dados Orçamentários Plano de Trabalho Análises Relatório Gestão Extrato Bancário

Total de Custeio Emenda
R\$ 0,00

+

Total de Investimento Emenda
R\$ 316.057,50

=

Total do Plano de Ação Emenda
R\$ 316.057,50Período de Execução: 12 meses
01/01/2026 - 01/01/2027

Dados Básicos

Situação do Plano de Trabalho

Aprovado

Os recursos do Plano de Ação foram indicados no orçamento próprio do Beneficiário? (Obrigatório)

☒ Sim ☐ Não

Classificação Orçamentária de Despesa (Obrigatório)

ORGÃO 06- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 02- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO 10- SAÚDE
SUB FUNÇÃO 302- ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Caracteres restantes: 4852

Execução Orçamentária

Declaro que os recursos do plano de ação não serão utilizados para despesa de pessoal e serviço da dívida.

Prazo de Execução em meses (Obrigatório)

12

Data fim prevista: 22/10/2026

Dados do Executor

Total da Emenda Disponível

R\$ 0,00

Total de Custeio da Emenda Disponível

R\$ 0,00

Total de Investimento da Emenda Disponível

R\$ 0,00

000004

Lista de Executores

Executor	Detalhamento do Objeto	Valor Custeio	Valor Investimento	Ações
11406.770/0001-55 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN-DIESEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL	R\$ 0.00	R\$ 316.057,50	

objeto

Anexos

Lista de Anexos

Descrição do Arquivo	Nome do Arquivo	Ações
TERMO DE COMPROMISSO	TERMO DE COMPROMISSO 3.pdf	
DECLARAÇÃO NAO UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA VEICULO SANITARIO	DECLARAÇÃO NAO UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS PARA VEICULO SANITARIO.pdf	
JSUTIFICATIVA UTILIZAÇÃO DA VAN	JUSTIFICATIVA DA VAN.pdf	
RESOLUÇÃO PAS	RESOLUÇÃO PAS 2025.pdf	
PLANO ANUAL DE SAUDE 2025.	PROGRAMAÇÃO ANUAL DA SAUDE 2025..pdf	
RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL	RESOLUÇÃO 2025- APROVAÇÃO VAN CARLOS FAVARO.pdf	
RESOLUÇÃO CIB- VAN	RESOLUÇÃO CIB- VAN CARLOS FAVARO.pdf	
CNES- SECRETARIA DE SAUDE PORTO ESPERIDIÃO-MT	CNES- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PORTO ESPERIDIAO.pdf	
RELATÓRIO SISTREG MESES DE JUNHO A AGOSTO DE 2025.	RELATÓRIO SISREG MESES DE JUNHO A AGOSTO.pdf	

Histórico

Voltar

REDES SOCIAIS



000005



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

1. **SETOR DEMANDANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
2. **SÍNTESE DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN - DIESEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Principal Característica:

(X) Aquisição

2.1. Forma de Contratação Sugerida:

Modalidades da Lei Federal n.º 14.133/2021:

(X) COM Sistema de Registro de Preços - SRP

3. SÍNTESE DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO:

A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Esperidião enfrenta demanda contínua de transporte de pacientes regulados pelo Sistema de Regulação (SISREG) para realização de **consultas especializadas, exames e procedimentos cirúrgicos** em unidades de referência localizadas na capital do Estado. A ausência de frota adequada e suficiente para o transporte coletivo de pacientes compromete a regularidade dos atendimentos, aumenta custos com soluções emergenciais e expõe os usuários a riscos e desconfortos.

A aquisição de **veículo tipo van, movido a diesel**, justifica-se pela necessidade de garantir **transporte seguro, humanizado e eficiente**, especialmente para pacientes em situação de vulnerabilidade social, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. O veículo permitirá o deslocamento de múltiplos pacientes em uma única viagem, com conforto térmico, assentos adequados e espaço para bagagens e eventuais equipamentos de apoio, assegurando dignidade no acesso à rede de atenção especializada.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR:

O Plano de Contratação Anual (PCA) está atualmente em elaboração.

5. EQUIPE SUGERIDA PARA O PLANEJAMENTO (ETP E PROJETOS):

a) Erika Leonel de Almeida Borges- Portaria n.º 003/2025

Atividade: Responsável Técnico do Estudo Técnico Preliminar ETP ou equivalente.

b) Francisco Silva de Oliveira Junior - Matrícula n.º 13152

Atividade: Gestor do Contrato.

c) Welinton Cesar de Lima Carrera Curriel – Matrícula n.º 11776-2

Atividade: Fiscal do Contrato.

000006

1

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

Av. 13 de Maio, nº 555 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso

E-mail: pmpesper@terra.com.br

Site: portoesperdiao.mt.gov.br




Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

6. **PREVISÃO DA DATA EM QUE O OBJETO DEVE ESTAR DISPONÍVEL:**
23/04/2026.

7. **ENCAMINHAMENTO:** Ao responsável técnico pelo Estudo Técnico Preliminar – ETP ou procedimento equivalente, autorizando a instauração dos atos preparatórios à contratação.

Porto Esperidião/MT, 13 de fevereiro de 2026.


ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
- Secretaria Municipal de Saúde-
Portaria n.º003/2025

000007

2

Fones: (65) 3225-1181 - 3225-1139 - Telefax: (65) 3225-1350

Av. 13 de Maio, nº 555 - CEP 78.240-000 - Porto Esperidião - Mato Grosso

E-mail: pmpesper@terra.com.br

Site: portoesperdiao.mt.gov.br



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1 - OBJETO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Esperidião possui demanda contínua de transporte sanitário eletivo para pacientes liberados pelo Sistema de Regulação (SISREG), os quais necessitam se deslocar à capital do Estado para realização de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade e procedimentos cirúrgicos.

Considerando a distância entre o município e Cuiabá, bem como o volume crescente de usuários do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), torna-se imprescindível a ampliação da frota municipal com veículo apropriado, confortável e seguro para viagens intermunicipais.

A aquisição de **micro-ônibus 15+1 assentos** possibilitará o transporte simultâneo de maior número de pacientes, garantindo economicidade, eficiência administrativa e melhoria na prestação do serviço público de saúde, especialmente por se tratar de recurso proveniente da **Emenda Parlamentar nº 202542010001**, destinada especificamente ao fortalecimento da estrutura da saúde municipal.

2 - ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO / PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA

2.1. A futura contratação do presente objeto encontra-se compatível com as seguintes peças de planejamento:

() Plano Plurianual - PPA;

() Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2026; e

(x) Lei Orçamentária Anual - LOA/2026 / Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD.

2.1.1. A despesa ocorrerá na seguinte rubrica orçamentária para o exercício financeiro vigente:

Gestão/Unidade: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / 02- F. M. S

Sub Função: 302- ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Projeto atividade: 1146- AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES-MEDIA/ALTA COMPLEXIDADE.

Elemento de Despesa: 4.4.90.00

2.2.2. A presente aquisição está alinhada com o planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Esperidião-MT, visando modernizar e melhorar a frota com a aquisição de um veículo novo garantindo maior confiabilidade mecânica, redução de gastos com manutenção, cumprimento das normas de segurança, além de proporcionar melhor qualidade no atendimento aos munícipes.

3 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A aquisição do referido veículo se faz necessária diante da **demanda crescente por transporte de pacientes** para tratamentos e procedimentos especializados, muitas vezes localizados a longas distâncias. Atualmente, o município enfrenta dificuldades logísticas

000008



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

para atender adequadamente essas necessidades, seja pela limitação da frota existente, seja pelos custos elevados de locação de veículos terceirizados.

Além disso, a aquisição de um veículo novo garante **maior confiabilidade mecânica, redução de gastos com manutenção, cumprimento das normas de segurança e acessibilidade**, além de proporcionar **melhor qualidade no atendimento aos munícipes**. Entre as principais vantagens, destacam-se:

- Ampliação da capacidade de transporte sanitário eletivo;
- Redução de faltas em consultas, exames e cirurgias agendadas;
- Maior conforto e segurança aos pacientes durante o deslocamento;
- Otimização dos recursos públicos, com redução de despesas recorrentes com transporte terceirizado;
- Melhoria na organização logística da Secretaria Municipal de Saúde;
- Fortalecimento das políticas públicas de acesso à saúde especializada.

Espera-se, ainda, promover maior eficiência na gestão do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), assegurando o cumprimento do princípio da integralidade do atendimento no âmbito do Sistema Único de Saúde.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos de contratação devem atender as condições elementares de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômica a serem definidas pelo Termo de Referência, em especial as seguintes:

- a) Comprovação da regularidade jurídica da empresa fornecedora, incluindo a apresentação de documentos como CNPJ, contrato social, e demais registros exigidos por lei;
- b) Regularidade fiscal, evidenciada por certidões negativas de débitos tributários, fiscais e trabalhistas, conforme previsto na legislação vigente;
- c) Capacidade econômico-financeira para cumprir com as obrigações contratuais, demonstrada por meio de balanços patrimoniais e demonstrações financeiras que evidenciem a saúde financeira da empresa fornecedora.

5 - LEVANTAMENTO DA DEMANDA / QUANTITATIVOS/ CODIGO TCE: 233484-4

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.
03	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, ARCONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA	UND	01	R\$ 338.000,00

000009

E-mail: gabinete@portoesperidiao.mt.gov.br

Site: portoesperidiao.mt.gov.br

Avenida 13 de Maio, nº 555 - Cel.: (65) 99690-9037 - CEP 78.240-000 Porto Esperidião - Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPÃO DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NÍVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO, FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ILUMINAÇÃO NO DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA COPO NO ENCOSTO CENTRAL, PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS, PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE, RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO), RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE, MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO, SAIDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS, SISTEMA MULTIMÍDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, ÁUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.

Valor total: 338.000,00 (Trezentos e trinta e oito Mil Reais).

5.1. Metodologia de Levantamento:

A metodologia de levantamento aplicada para essa aquisição, procedeu-se diante da **demanda crescente por transporte de pacientes** para tratamentos e procedimentos especializados em municípios de referência a longas distâncias.

6 - SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO

6.1. Em avaliação prévia ao mercado, verifica-se que o produto/serviço encontra-se no mercado na condição de produto: ☒ **COMUM** - ☐ **ESPECIAL**.

6.2. A solução descrita no objeto é aquela que mais atende os resultados almejados, que, aliados às condições de habilitação, fornecimento, prazo de entrega, descrição do objeto, quantidade e resultados esperados, atenderão os resultados almejados.

6.3. As soluções existentes no mercado, encontram-se apuradas em:

a) ☒ **larga escala** - ☐ mercado restrito;

b) podem ser fornecidos por fornecedores exclusivamente ☐ locais na condição de

000010 ✓

E-mail: gabinete@portoesperidiao.mt.gov.br

Site: portoesperidiao.mt.gov.br

Avenida 13 de Maio, nº 555 - Cel.: (65) 99690-9037 - CEP 78.240-000 Porto Esperidião - Mato Grosso



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

(X) por todas as empresas interessadas no objeto, independente de sua localização geográfica.

7 - ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

7.1. A escolha do objeto deu-se pela compatibilidade de sua descrição técnica, finalidade e disponibilidade ao atendimento ao interesse público buscado neste ETP, em especial pelos seguintes parâmetros:

Após análise das alternativas disponíveis — como locação contínua de veículo, contratação de empresa terceirizada ou aquisição de veículo próprio — conclui-se que a **aquisição de micro-ônibus 15+1 lugares** é a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

A escolha se fundamenta nos seguintes pontos:

- Melhor custo-benefício a médio e longo prazo;
- Disponibilidade permanente do veículo para atendimento das demandas programadas;
- Maior capacidade de passageiros em comparação à van comum;
- Redução de custos por passageiro transportado;
- Maior autonomia administrativa e logística da Secretaria de Saúde;
- Aplicação adequada dos recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202542010001.

O micro-ônibus apresenta robustez, conforto e segurança adequados para trajetos intermunicipais frequentes, sendo compatível com a realidade geográfica e a demanda do município.

8 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. (X) – A presente contratação, por referir-se a objeto de interesse exclusivo de um determinado órgão, atenderá apenas ao interesse do seguinte órgão requisitante: **Secretaria Municipal de Saúde.**

8.3. Para fins da definição da economia em escala, sugere-se a definição do critério em:

- a) (x) item/unitário;
- b) () Grupo/lote;
- c) () Geral/global.

9 - PROVIDÊNCIAS ANTERIORES À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em se tratando de atos preparatórios, recomenda-se as seguintes providências:

(x) Nenhuma;

10 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1 () O presente objeto possui contratação correlata ou interdependente com o seguinte objeto acessório:

10.2 (X) O presente objeto não possui contratação correlata ou interdependente, sendo considerada autônoma ou suficiente aos fins a que se destina.

000011



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

11 - LOCAIS DE ENTREGA E MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS

11.1. O objeto a ser contratado e fornecido segundo este ETP, deverá ser fornecido, nos seguintes locais de entrega e segundo as ordens de fornecimento: Secretaria de Saúde ou no local previamente determinado no ato do pedido.

12 - POLÍTICA DE REALOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E DESCARTE

12.1. Em relação a realocação de equipamentos e descarte, quando da aquisição dos objetos constantes neste ETP, serão necessárias as seguintes providências.

a) ☒ Nenhuma;

13 - RISCOS INERENTES AO CONTRATO

13.1. Considerando os riscos vinculados e inerentes a execução do objeto, recomenda-se a exigências das seguintes condições de mitigação de sinistros e gestão de riscos:

a) ☒ nenhum.

14 - PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

14.1 Diante das peculiaridades do objeto, características, estimativas, volumes e periodicidades da execução/fornecimento, recomenda-se as seguintes adequações nos locais de recebimento e/ou órgão demandantes:

a) ☒ Nenhuma;

15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Após estudos e avaliações necessárias, os funcionários públicos designados para a confecção do presente ETP, deliberam pela sua:

a) ☒ Viabilidade e seguimento do procedimento, para a elaboração do respectivo Termo de Referência;

16. AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO


16.1. Ante as considerações acima, na condição de autoridade máxima do(s) órgão(s) demandante(s) com poder decisório, concluo(ímos) pela:

a) ☒ Autorização do prosseguimento da contratação, expedindo-se o respectivo Termo de Referência e/ou Projeto Básico ou Executivo;

b) ☐ Determinação de saneamento das pendências, medidas de saneadoras ou de integridade elencadas acima, e, após, com retorno dos procedimento para nova deliberação; ou

c) ☐ Arquivamento do feito, diante do teor conclusivo pela sua inviabilidade.

Porto Esperidião/MT; 25 de fevereiro de 2026.


Erika Leonel de Almeida Borges
Secretaria Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

000012



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

MAPA DE PREÇOS

MODALIDADE: ADESÃO A ATA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Art. 4º do Decreto nº 20/2025 de 26/03/2025, a formação do Mapa de Valores fundamentou-se em ao menos duas fontes de pesquisas.

1) Foi realizado uma pesquisa para balizamento com 2 Atas de Registro de Preços: (anexo).

- PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE – MT ATA Nº 46/2025 – CNPJ: 03.953.718/0001-90, total R\$ 349.000,00
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS DÓESTE – MT ATA Nº 015/2025 – CNPJ: 01.367.762/0001-93, total R\$ 367.490,00

2) Painel do TCE/MT: Foi efetuada uma consulta no Painel do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE/MT), utilizando o código do Catálogo de Materiais e Serviços (233484-4) conforme demonstrado no anexo.

3) Na consulta Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - (Fipe), encontramos 1 registro para balizamento conforme anexo.

4) JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2025.

A adesão à Ata de Registro de Preços é fundamentada pela Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a participação de órgãos ou entidades que não tenham participado do procedimento licitatório inicial, desde que obtenham anuência do órgão gerenciador e demonstrem vantajosidade econômica e operacional.

Portanto, a adesão do Município de Porto Esperidião à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, proveniente do Pregão Presencial nº 16/2025 da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste CNPJ: 37.464.955/0001-00, encontra-se amparada legalmente, atendendo aos requisitos de vantajosidade e eficiência preconizados pela norma.

000013



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião


O objeto da presente justificativa da Ata de Registro de Preços, que corresponde a seguinte especificação:

MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, ARCONDICIONADO FRONTAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NÍVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO, FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ILUMINAÇÃO NO DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA COPO NO ENCOSTO CENTRAL, PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS, PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE, RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO), RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE, MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO, SAIDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS, SISTEMA MULTIMIDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, ÁUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.

Essas especificações atendem às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Porto Esperidião - MT, visando as melhorias necessárias para eficiência e qualidade dos atendimentos prestados beneficiando diretamente a população.

Desta forma, a adesão permite ao município economia, comparado ao orçamento mais baixo, demonstrando, portanto, a vantagem econômica e a adequação técnica do objeto ao que se pretende adquirir garantindo maior controle e transparência na aquisição desse veículo essencial à administração pública assegurando economia significativa e eficiência do processo com base na padronização e na rapidez da aquisição.

Porto Esperidião/MT, 25 de fevereiro de 2026.


Giuliana Menkes Negro
Coordenadora de Compras
Portaria 293/2025

000014



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

Brasília, 111 - Centro - Denise

CEP: 78380-000 CNPJ: 03.953.718/0001-90 Telefone: (65) 3342-1615

E-mail: adm@denise.mt.gov.br Site:

Página: 1 / 5

Processo Nº 67/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46 / 2025

No dia 5 do mês de Dezembro do ano de 2025 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.953.718/0001-90, com sede administrativa localizada na Brasília, 111, bairro Centro, CEP nº 78380000, nesta cidade de Denise, MT, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA inscrito no cpf sob o nº 654.832.941-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 3/2025, Processo licitatório nº 67/2025 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, TIPO VAN PARA PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E ANEXOS, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
DISVECO LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DISVECO LTDA	02.971.360/0004-09	DOUGLAS ALBERTO LUIZ BARROS	734.085.571-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, TIPO VAN PARA PASSAGEIROS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: DISVECO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Valor Total
1	VEICULO TIPO VAN PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 16 LUGARES (15+1); 0 KM; NA COR BRANCA: SÓLIDA OU METÁLICA; COM ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO DE NO MÍNIMO 2025/2025 E/OU SUPERIOR; COM 1º EMPLACAMENTO/LICENCIAMENTO INCLUSO E REALIZADO DIRETAMENTE EM NOME DESTA ÓRGÃO NÃO SENDO ACEITO TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO JÁ EMPLACADO; CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS: TIPO VAN; PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS; COM 01 PORTA LATERAL COM ABERTURA CORREDIÇA OU	UNIDADE	TOYOTA / HIACE MINIBUS AT DX 15+1	2	349.900,00	699.800,00

000015

PANTOGRÁFICA; MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 2.0; COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 170CV; TORQUE MÍNIMO 40.8 (KGF.M) MOVIDO A DIESEL; DISTÂNCIA ENTRE EIXOS: MÍNIMO 3665MM, COMPRIMENTO MÍN. 5900MM; COM TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE NO MÍNIMO 6 VELOCIDADES, COM ACIONAMENTO ATRAVÉS DE ALAVANCA POSICIONADA NO PAINEL; RODAS DE AÇO DE NO MÍNIMO ARO 16; FREIOS DIANTEIROS A DISCO E TRASEIROS A DISCO OU TAMBOR COM ABS; TRAÇÃO TRASEIRA; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; RETROVISORES EXTERNOS NOS DOIS LADOS DO VEÍCULO; COR BRANCO, SÓLIDA OU METÁLICA; CAPACIDADE PARA TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 16 PESSOAS INCLUINDO O MOTORISTA, SENDO POLTRONAS INDIVIDUAIS, EQUIPADO DE MÍNIMO 02 AIRBAGS; ASSISTENTE DE SUBIDA (HAC); CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE DO VEÍCULO; CONTROLE ELETRÔNICO DE TRAÇÃO; AR CONDICIONADO; SAÍDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS; TACÓGRAFO; IMOBILIZADOR ELETRÔNICO; RÁDIO AM/FM; CÂMERA DE RÉ; SENSOR DE ESTACIONAMENTO E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE E OS EXIGIDOS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES, REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA EM MATO GROSSO. COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT E ENTREGA NA SEDE DO MUNICÍPIO DE DENISE.

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

000016

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata;

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

000017

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

10.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

10.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Denise, MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Denise, 5 de Dezembro de 2025

DOUGLAS ALBERTO LUZ
BARROS:73408557187

Assinado de forma digital por DOUGLAS
ALBERTO LUZ BARROS:73408557187
Dados: 2025.12.08 09:22:22 -04'00'

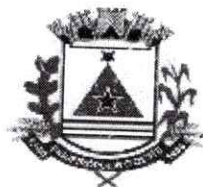
DISVECO LTDA
CNPJ: 02.971.360/0004-09

ALDECIR DE SOUSA
OLIVEIRA:65483294149

Assinado de forma digital por ALDECIR
DE SOUSA OLIVEIRA:65483294149
Dados: 2025.12.08 09:16:46 -04'00'

ALDECIR DE SOUSA OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

000019



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE FIGUEIROPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF 01.367.762/0001-93**, situada à Rua Santa Catarina, nº 146, Centro com sede na Cidade de Figueirópolis D'oeste, Estado de Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Ademir Felício Garcia, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 558559, SSP/MT e inscrito sob o CPF nº 385.867.971-20, residente e domiciliado, neste Município de Figueirópolis D'oeste/MT, doravante denominado **ÓRGÃO GESTOR**, RESOLVE registrar os preços da empresa **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA** cadastrada no CNPJ nº 52.251.214/0001-34, estabelecida à Av. República do Líbano, nº 2280, Bairro, Despraído na cidade de Cuiabá – Estado de Mato Grosso, telefone (67) 3323-4343, e-mail: licitacao@grupoenzo.com.br, neste ato representado pelo **Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador do RG. 912.305, SSP/MS e inscrito sob o CPF nº 861.343.611-00, doravante denominada **DETENTORA**, atendendo as condições previstas no Edital do Pregão Presencial acima descrito e as constantes desta Ata de Registro de Preços, com fulcro na Lei Federal n.º 14.133/2021 e legislação regulamentar, bem como pelo procedimento de **Pregão Presencial n.º 13/2025**, culminando nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** A presente Ata tem por objeto é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Veículos zero km, veículos tipo Minibus com capacidade de 15 lugares mais motorista para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Figueirópolis D'oeste – MT**, conforme especificações e condições constantes nesta Ata de Registro de Preços.
- 1.2.** Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços nº **13/2025**, o qual tem como base as informações contidas no Termo de Referência, elaborado pela Secretaria ora mencionada.
- 1.3.** O fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:
 - 1.3.1.** Proposta da CONTRATADA vinculada ao Pregão Presencial n.º 13/2025;
 - 1.3.2.** Edital de Pregão Presencial n.º 13/2025 e seus anexos; e
 - 1.3.3.** Termo de Referência.
- 1.4.** Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DA ATA

- 2.1.** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
- 2.1.1** O prazo de trata o item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

2.2. Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal regulamentador, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Figueirópolis D'oeste/MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, do objeto da Ata, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, para aquisição e o quantitativo, segue abaixo conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no Edital do Pregão Presencial nº 13/2025.

Seq. Item	Código Item	Descrição do Item	Unid	Qd	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	015.003.032	MINIBUS, 15+1, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE 06 VELOCIDADE; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS - NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS - PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE TFT DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS -13 ASSENTOS TRASEIROS -2 ALTO-FALANTES ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL AR-CONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA) BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS CÂMERA DE RÉ COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA DE TFT COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL.	Und	01	Toyota Hiace minibus AT DX 15+1 2025/2026	R\$ 367.490,00	R\$ 367.490,00



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

	INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NIVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO (X2) ILUMINAÇÃO NO DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA- BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA- DOCUMENTOS PORTA COPO (X2) NO ENCOSTO CENTRAL (UTILIZÁVEL SOMENTE COM O BANCO CENTRAL DESOCUPADO) PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS PORTA-LUVAS COM CHAVE -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO) RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO SAÍDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS SISTEMA MULTIMÍDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE (X2) VIDROS ELÉTRICAS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, AUDIO E COMPUTADOR DE BORDO					
--	--	--	--	--	--	--

3.2. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho pela detentora.

3.3. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

3.4. Toda aquisição do objeto, deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

3.5. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

3.6. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, fiscalização e recebimento do objeto observará, quanto ao mais, as disposições constantes no Termo de Referência, anexo a esta Ata de Registro de Preços.

3.7. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

3.7.1. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante e de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

3.7.2. O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também como participante para efeito de remanejamento.

3.7.3. Para o item 3.7, caberá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

3.7.4. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 3.7.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

4.1. A DETENTORA deverá observar para que durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº 14.133/21 e alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

5.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual/ata para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

5.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

5.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei Federal n.º 13.709/2018 (LGPD).

5.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

5.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

5.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

5.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.1.2. Será admitido o reajuste dos preços mediante a aplicação do IPCA no caso de prorrogação do prazo de vigência da presente ata de registro de preços e desde que ultrapassado o interregno de 12 (doze) meses.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. Na análise dos pedidos de revisão não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.5.1. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.5.2. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.6. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido este poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

6.6.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro previsto pelo caput deste artigo, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos entre outros documentos pertinentes, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento sumário do pedido.

6.6.2. De posse dos argumentos apresentados pelo Detentor da Ata quanto a necessidade de revisão do preço registrado, o Órgão Gerenciador deverá avaliar sumariamente o pedido, a partir do que poderá adotar as seguintes providências:

6.6.2.1. Negar, de imediato e de forma fundamentada, o pedido formulado pela Detentora da Ata, oportunidade em que a requerente deverá ser comunicada por escrito;

6.6.2.2. Se verificada a plausibilidade do pedido e havendo fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, proceder-se-á da seguinte forma:

6.6.2.2.1. Serão convocados todos os fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação, a fim de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados;

6.6.2.2.2. Caso algum dos fornecedores cadastrados aceite manter o preço original, far-se-á a comunicação ao Detentor da Ata para que este manifeste-se definitivamente quanto a manutenção do preço registrado, oportunidade em que, não aceitando a manutenção, será liberado sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e celebrada a Ata com o novo fornecedor;

6.6.2.2.3. Caso existam fornecedores inscritos em cadastro de reserva, mas nenhum aceite manter o preço original, o órgão gerenciador poderá convocar os demais classificados no certame que deu origem a ata, seguindo a ordem de classificação, para verificar o interesse em assumir a obrigação nas mesmas condições originais do preço registrado;

6.6.2.2.4. Nas hipóteses dos subitens 6.6.2.2.2 e 6.6.2.2.3 o fornecedor que aceitar a manutenção do preço original deverá declarar a exequibilidade da proposta em face de todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto;

6.6.2.3. Se verificada a plausibilidade do pedido e não havendo fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 6.6.2.3.1.** O órgão gerenciador poderá convocar os demais classificados no certame que deu origem a ata, seguindo a ordem de classificação, para verificar o interesse em assumir a obrigação nas mesmas condições originais do preço registrado;
- 6.6.2.3.2.** Na hipótese da alínea anterior, o fornecedor que aceitar a manutenção do preço original deverá declarar a exequibilidade da proposta em face de todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto.
- 6.6.2.4.** Em não havendo nenhum interessado em assumir o valor da ata pelas formas previstas nos subitens 6.6.2.2 e 6.6.2.3, o Órgão Gerenciador poderá conceder a revisão de preços ao beneficiário original que a pleiteou, majorando os preços registrados de acordo com a avaliação realizada, ou liberá-lo, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, revogando a Ata;
- 6.6.2.5.** Não havendo êxito nas negociações para definição do novo preço ou se os licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração após a sua avaliação, o Órgão Gerenciador cancelará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.6.3.** Se, no caso previsto pelo subitem 6.6.2.1, a Detentora da Ata requerer o cancelamento do preço registrado, o Órgão Gerenciador adotará o procedimento previsto pelos subitens 6.6.2.2 e 6.6.2.3.
- 6.6.4.** A revisão de que trata o subitem 6.6.2.4, será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e auxiliar no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
- 6.7.** Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, o Gestor da Ata poderá, sem prejuízo do disposto pelos itens acima, proceder à nova licitação para a aquisição dos bens/serviços, sem que caiba direito de recurso.
- 6.8.** O órgão gerenciador deverá realizar periodicamente a avaliação quanto a manutenção da compatibilidade do preço registrado com aquele praticado no mercado, adotando as medidas indicadas nas cláusulas acima quando verificado qualquer desequilíbrio das condições econômico-financeiras, para mais ou para menos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1.** O registro da Detentora será cancelado quando:
- a)** descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
 - b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
 - c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- d.1)** Caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, e caso não seja o órgão ou entidade gerenciadora o responsável pela aplicação da sanção, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, garantido o contraditório e a ampla defesa, decidir



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

pela manutenção do registro de preços.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a" "b" e "d" acima será formalizado por despacho deste Município, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.3. O direito ao contraditório e ampla defesa antes do cancelamento do registro não impede a suspensão do registro até a decisão deste Município.

7.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique ou impeça o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, por razão de interesse público ou a pedido do Detentor.

7.5. A ata de registro de preços poderá ser cancelada pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas legalmente previstas.

7.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sexta, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

7.6.1. por razão de interesse público;

7.6.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados; ou

7.6.3. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

7.7. Os preços registrados consideram-se extintos quando forem utilizados todos os quantitativos constantes do instrumento para cada item.

7.8. Ocorrendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços por qualquer dos motivos indicados neste instrumento, reserva-se ao órgão contratante o direito de convidar os demais proponentes inscritos no Cadastro de Reserva, ou em não havendo, os demais classificados, seguindo a ordem de classificação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes com a aquisição desta licitação correrão por conta dos recursos da **Secretaria Municipal de Saúde conforme abaixo:**

Ficha (617)

Órgão: 05 Secretaria de Saúde

Unidade: 02 Fundo Municipal de Saúde

Dotação: 10.302.0002.1152.000 Aplicação e Qualidade na Média e Alta Complexidade

Detalhamento: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

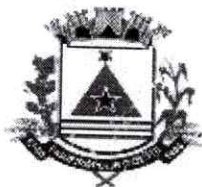
Fonte de Recurso: 1 Recursos Livres Não Vinculados

1 Recursos do exercício corrente

706 Transferências Especial da União

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

9.1. Os prazos de fornecimento e suas condições de entrega encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao este edital.



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1.** Fica reservado à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, ômissos ou duvidosos não previstos nesta Ata de Registro de Preços e tudo o mais que se relacione com o objeto desta Ata de Registro de Preços, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação na contratação.
- 10.2.** A fiscalização da realização do objeto do contrato será exercida por um representante do Município, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato.
- 10.3.** A Fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, ou ainda de defeitos na prestação dos serviços e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos.
- 10.4.** As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal devem ser encaminhadas à autoridade administrativa superior ao fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- 10.5.** Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na Lei nº 14.133/2021, as seguintes prerrogativas:
- a) Requisitar o fornecimento do produto mediante correio eletrônico (e-mail), ofício ou outro documento;
 - b) Efetuar as devidas conferências;
 - c) Verificar eventuais falhas, erros ou o não cumprimento de exigências estabelecidas nesta ARP solicitando, se couber, a imediata correção por parte da Detentora;
 - d) Comunicar o cometimento de falhas pela Detentora que impliquem comprometimento do fornecimento do produto para aplicação de penalidades previstas;
 - e) Conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela Detentora, encaminhando-a diretamente ao Departamento responsável;
 - f) Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pelo Município.
- 10.6.** A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

- 11.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

- 12.1.** As obrigações assumidas pelo Município e pela Detentora da Ata encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

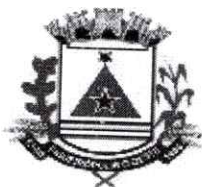
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

- 13.1.** Comete infração administrativa o detentor que cometer quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 13.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata de Registro de Preços;
- 13.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato/Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato/Ata de Registro de Preços;
- 13.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 13.1.6.** não celebrar o contrato/Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 13.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato/Ata de Registro de Preços;
- 13.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;
- 13.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 13.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- 13.2.** O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada considerando as seguintes proporções:
- 13.2.1.** 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços/obras, calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- 13.2.2.** 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o subitem anterior, sobre o valor da contratação, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;
- 13.3.** O fornecedor ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.3.1.** Advertência, pela falta o subitem 13.1.1, quando não se justificar penalidade mais grave;
- 13.3.2.** Multa Compensatória de:
- a)** de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 13.1.1, 13.1.4 e 13.1.6;
- b)** de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 13.1.3, 13.1.5, 13.1.7;
- c)** de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, nos casos previstos nos subitens 13.1.2 e de 13.1.8 a 13.1.12.
- 13.3.3.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

- 13.1.7 deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 13.4. A sanção de multa moratória prevista pelo item 13.2 não impede a aplicação da multa compensatória prevista pelo item 13.3.2 desta Ata.
- 13.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 13.7. A aplicação das sanções previstas neste edital, em hipótese alguma, atenua a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 13.8. Em qualquer caso de aplicação de sanção, será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do contratado/detentor da ata.
- 13.9. Na aplicação das penalidades previstas neste edital deverão ser observadas todas as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação regulamentar.
- 13.10. A penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial de Contas – Tribunal de Contas Mato Grosso (TCE) e no caso de suspensão de licitar, o Licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das demais cominações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 14.1. À execução da presente Ata de Registro de Preços e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, bem como as normas municipais que a regulamentam, Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei Federal n.º 8.078/1990 e demais legislações aplicáveis ao caso.
- 14.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de apostilamento, lavratura de Contrato Administrativo e posteriores termos aditivo, caso necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

- 16.1. Caberá ao ÓRGÃO GESTOR providenciar a publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços e de seus eventuais aditivos, no Portal Nacional de Contratações, sítio oficial da internet e Diário Oficial de Contas – TCE/MT, observados os prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do CONTRATANTE.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Jauru Estado de Mato Grosso, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Figueiropolis D'oeste – MT, 05 de dezembro de 2025.

ADEMIR FELICIO

GARCIA:38586797120

Assinado de forma digital por

ADEMIR FELICIO

GARCIA:38586797120

Dados: 2025.12.22 15:32:50 -04'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIROPOLIS D'OESTE – MT

CNPJ: 01.367.762/0001-93

Ademir Felício Garcia

Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO NUNES Assinado de forma digital por
DE MAMA CARLOS EDUARDO NUNES DE

FERNANDES:86134361100 MAMA FERNANDES:86134361100
Dados: 2025.12.05 16:48:24 -04'00'

KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA

CNPJ: 52.251.214/0001-34

Rep: Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes

CPF: 861.343.611-00



Relatório Resumido

Relatório gerado em: 25/02/2026 12:28:39

Quantidade total de registros: 2

Filtros aplicados

IdFato: NOT 2934817766, 2934818733, 2934818734, 2934843739, 2934818735

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Exercício (Ano da Compra): 2025

Descrição/Código do Material: (233484-4) VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - VAN TIPO MINIBUS\, 0KM\, .\, COMBUSTIVEL DIESEL\, PROCEDENCIA DE PREFERENCIA NACIONAL\, COM 05 PORTAS COM VIDROS\, SENDO UMA LATERAL CORREDICA\, VAN\, AR CONDICIONADO DE SERIE\, DIRECAO HIDRAULICA\, TACOGRAFO\, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM PARA INCLINACAO E DISTANCIA\, BANCOS DOS PASSAGEIROS RECLINAVEIS E EM TECIDO\, PNEUS DIANTEIROS E TRASEIROS SEM CAMERAS E RADIAIS COM ESPECIFICACAO A PARTIR DE 205/70 R 15\, RADIO COM CD PLAYER\, NA COR BRANCA OU VERMELHA\, 05 MARCHAS A FRENTE E 01 RE\, EMPLACADO E SEGURO OBRIGATORIO QUITADO.\, COM CAPACIDADE PARA 16 PESSOAS (15 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA)\, POTENCIA MINIMA DE 125 CV\, 2.8\, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Valor Máximo Unit do M...

R\$367490,00

Média Saneada Global

R\$238771,48

Mediana Valor Unit do ...

R\$352745,00

Fiscalizado	Modalidade	Cód. Licitação	Cód. Material	Material	Descrição	Quantidade	Unl. Fornecimento	Valor Unit	CNPJ/CPF Fornecedor	Nome Fornecedor
PM DE GLORIA DOESTE	Pregão presencial (Bens e serviços comuns)	00000000016/2025	233484-4	VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO	(233484-4) VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIR..	4	UNIDADE	R\$ 338.000,00	52.251.214/0001-34	52251214000134
PM DE FIGUEIROPOLIS DOESTE	Pregão presencial (bens e serviços comuns)	00000000013/2025	233484-4	VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO	(233484-4) VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIR..	1	UNIDADE	R\$ 367.490,00	52.251.214/0001-34	52251214000134

000032



Preço Médio de Veículos - Consulta de Carros e Utilitários Pequenos - Pesquisa comum - FIPE

Mês de referência:	janeiro de 2026
Código Fipe:	002221-7
Marca:	Toyota
Modelo:	Hiace Minibus DX 2.8 TDI 16L Aut.
Ano Modelo:	Zero KM Diesel
Autenticação	rzlf18k28mj1gy
Data da consulta	quinta-feira, 8 de janeiro de 2026 13:50
Preço Médio	RS 360.996,00

000033



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DO OBJETO COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS


Eu, **ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES**, servidora responsável pela elaboração do Documento de Formalização da Demanda – DFD, ocupando o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no uso de minhas atribuições legais e funcionais, DECLARO para os devidos fins que o objeto pretendido pela Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT está plenamente compatível com o registrado na Ata de Registro de Preços 33/2025 oriunda do Pregão Presencial nº 16/2025 realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA D'OESTE/MT - CNPJ: 37.464.955/0001-00.

A compatibilidade foi verificada com base nos requisitos e especificações detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborado, os quais coincidem com as especificações técnicas, condições de fornecimento, prazos e demais características constantes da referida Ata de Registro de Preços, garantindo que o objeto a ser adquirido atende integralmente às necessidades da Secretaria de Saúde.

Por fim, atesto a adequação do procedimento de adesão à ARP para a aquisição pretendida, de modo a garantir a eficiência, economicidade, e a obtenção da melhor proposta para o interesse público.

Porto Esperidião-MT, 25 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,


Erika Leonel de Almeida Borges
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

000034



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

JUSTIFICATIVA PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, Pregão Presencial nº 16/2025, para aquisição de 01 (um) veículo tipo Van (Minibus), movido a diesel, destinado ao transporte de pacientes do município que são regulados pelo Sistema de Regulação – SISREG e encaminhados à Capital do Estado para realização de consultas especializadas, exames de média e alta complexidade e procedimentos cirúrgicos, por meio da Emenda Parlamentar nº 202542010001.

O município possui demanda contínua e crescente de pacientes encaminhados via SISREG para atendimento na Capital, especialmente nas áreas de cardiologia, oncologia, ortopedia, neurologia, nefrologia, entre outras especialidades que não são ofertadas na rede local.

Atualmente, o transporte desses pacientes é realizado com frota insuficiente e, em muitos casos, inadequada para viagens intermunicipais de longa distância, o que compromete o conforto, a segurança e a dignidade dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS. Além disso, há aumento nos custos com manutenção de veículos antigos e, eventualmente, necessidade de locação de transporte complementar.

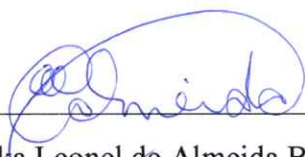
A adesão à Ata de Registro de Preços apresenta-se como medida mais vantajosa para a Administração Pública, considerando:

- Celeridade no processo de aquisição;
- Economia de recursos públicos, tendo em vista que os preços já foram previamente registrados por meio de procedimento licitatório regular;
- Redução de custos administrativos com realização de novo certame;
- Garantia de aquisição de veículo com especificações técnicas adequadas às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Tal medida encontra respaldo na legislação vigente que rege o Sistema de Registro de Preços, demonstrando-se solução eficiente, econômica e juridicamente viável.

Dessa forma, a adesão à Ata de Registro de Preços para aquisição do referido veículo mostra-se medida necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, contribuindo diretamente para a melhoria da assistência à saúde da população.

Porto Esperidião/MT 25 de fevereiro de 2026.


Erika Leonel de Almeida Borges
Secretaria Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Porto Esperidião - MT, 13 de fevereiro de 2026.

Ofício nº 41/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE- CNPJ: 37.464.955/0001-00

ATA de Registro de Preços nº 33/2025

Pregão Presencial nº 16/2025

Processo Administrativo Nº 85/2025

Ilma. Sra. Gheysa Maria Bonfim Borgato

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhoria, A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.238.904/0001-48, com sede na AV. 13 de maio, Nº 555 - Centro; veio por meio deste consultar a disponibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA COMPOR E RENOVAR A FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT.** Com fulcro nos artigos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 8.250/2014, que teve como detentora da Ata de Registro de Preços a empresa: **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
03	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, ARCONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NÍVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO	UND	TOYOTA HIACE MINIBUS AT DX 15+1 2025/2025	01	R\$ 338.000,00	R\$ 338.000,00



DE ÁUDIO, FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ILUMINAÇÃO NO DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, PARASOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA COPO NO ENCOSTO CENTRAL, PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS, PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE, RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO), RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE, MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO, SAIDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS, SISTEMA MULTIMIDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, AUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.					
--	--	--	--	--	--

Solicitamos ainda, uma vez atendido esta solicitação, que nos encaminhe os seguintes documentos conforme segue:

- Ofício de aceite;
- Cópia da Ata de Registro de Preços com o valor da Proposta de Preço vencedora (pdf).
- Edital em (pdf)
- Parecer Jurídico
- Todas PUBLICAÇÕES (abertura e Homologação) (cópia).
- Termo de Adjudicação (cópia)
- Termo de Homologação (cópia)
- LIBERAÇÃO DO APLIC

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e consideração.
Respeitosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
ODIRLEI QUEIROZ FARIA
Data: 13/02/2026 16:28:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ODIRLEI QUEIROZ FARIA
PREFEITO MUNICIPAL
AV. 13 MAIO, Nº 555, CENTRO- PORTO ESPERIDIÃO - MT
CNPJ: 03.238.904/0001-48

OFÍCIO 41- Aceite de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025- PREF. PORTO ESPERIDIÃO-MT



De <compras@portoesperidiao.mt.gov.br>
Para <licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br>
Data 2026-02-13 16:30
Prioridade Alta

OFICIO_41_GLORIA_D%C2%B4OESTE_assinado.pdf (~796 KB)

Boa tarde, Tudo bem?

Ilma. Sra. Gheysa Maria Bonfim Borgato

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhoria, A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.238.904/0001-48, com sede na AV. 13 de maio, Nº 555 - Centro; veio por meio deste consultar a disponibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA COMPOR E RENOVAR A FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT. Com fulcro nos artigos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 8.250/2014, que teve como detentora da Ata de Registro de Preços a empresa: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34.

Desde já agradeço a atenção e parceria...

Giuliana Menkes Negro

COORDENADORA DE COMPRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - MT

65 99972-0960

000038



Léo Glória D'Oeste

boa tarde 13:26



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

OFÍCIO Nº 70/2026

Glória D'Oeste - MT, 23 de fevereiro de 2026

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - MT



Ofício n.º 70-2026 - Resposta Pref.
Porto Esperidião.pdf

1 página • PDF • 690 KB



13:26

segue resposta 13:26

000039



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

OFÍCIO Nº 70/2026

Glória D'Oeste – MT, 23 de fevereiro de 2026

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - MT

Odirlei Queiroz Faria

Prefeito

Porto Esperidião - MT

Assunto: Resposta Ofício nº 41/2026

Prezado;

Em atenção aos termos do Ofício nº 41/2026, pelo qual é manifestado Interesse do Município na Adesão a Ata de Registro de Preços – ARP nº 33/2025, advinda do Pregão Presencial nº 16/2025, visando “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste – MT, conforme descrição constante no Anexo I- Especificações do Item do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2025”. Informamos a V. Excelência da possibilidade de atendimento ao pleito, **DESDE QUE** a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA, CNPJ nº 52.251.214/0001-36, manifeste-se pelo interesse em atender ao pedido, aceitando-o formalmente.

Assim, **AUTORIZAMOS** a adesão a Ata de Registro de Preços, em resposta ao ofício acima mencionado, encaminhando ao Município de Porto Esperidião - MT, inscrito no CNPJ nº 03.238.904/0001-48, de acordo com os itens e quantidades solicitadas pela Prefeitura Municipal solicitante, via ofício de nº 70/2026.

Informamos que as quantidades aderidas por tal órgão não ultrapassaram o limite legal para adesão de cada item.

Na oportunidade, renovamos os elevados protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

GHEYSA MARIA
BONFIM
BORGATO:7229013712
0

Assinado de forma digital por
GHEYSA MARIA BONFIM
BORGATO:72290137120
Dados: 2026.02.23 13:16:37
-04'00'

Gheysa Maria Bonfim Borgato
- Prefeita -

000040



Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços - APLIC

Informa-se que foi registrada a autorização via Portal da Unidade Gestora (PUG) do Tribunal de Contas de Mato Grosso, pelo usuário LEANDRO DE SOUZA REMEDIO, em 23/02/2026 às 16:43:41, pertencente a PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORIA DOESTE a adesão a seguinte Ata de Registro de Preços:

Ata Número: **00000000033/2025**

Processo Licitatório: **00000000016/2025**

Modalidade: **Pregão presencial (Bens e serviços comuns)**

CNPJ: **03.238.904/0001-48**

Código do Grupo: 23537

A Adesão foi registrada para os seguintes itens:

Item	Item	Cód. Catálogo	Cód. Unid.	Referência	Data Adesão	Quantidade
3	VEICULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSAGEIRO - VAN TIPO MINIBUS, 0KM., COMBUSTIVEL DIESEL, PROCEDENCIA DE PREFERENCIA NACIONAL, COM 05 PORTAS COM VIDROS, SENDO UMA LATERAL CORREDICA, VAN, AR CONDICIONADO DE SERIE, DIRECAO HIDRAULICA, TACOGRAFO, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM PARA INCLINACAO E DISTANCIA, BANCOS DOS PASSAGEIROS RECLINAVEIS E EM TECIDO, PNEUS DIANTEIROS E TRASEIROS SEM CAMERAS E RADIAIS COM ESPECIFICACAO A PARTIR DE 205/70 R 15, RADIO COM CD PLAYER, NA COR BRANCA OU VERMELHA, 05 MARCHAS A FRENTE E 01 RE, EMPLACADO E SEGURO OBRIGATORIO QUITADO., COM CAPACIDADE PARA 16 PESSOAS (15 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA), POTENCIA MINIMA DE 125 CV, 2.8, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	233484-4	1	Janeiro	23/02/2026	1

000041



Porto Esperidião - MT, 13 de fevereiro de 2026.

Ofício nº 42/2026

EMPRESA: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34

ATA de Registro de Preços nº 33/2025

Pregão Presencial nº 16/2025

Processo Administrativo Nº 85/2025

Presado Sr.

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhoria, A **Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT**, inscrita no CNPJ sob nº **03.238.904/0001-48**, com sede na AV. 13 de maio, Nº 555 - Centro; veio por meio deste consultar a disponibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025, **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA COMPOR E RENOVAR A FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT.** Com fulcro nos artigos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 8.250/2014, que teve como detentora da Ata de Registro de Preços a empresa: **KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
03	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, ARCONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NÍVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO, FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ILUMINAÇÃO NO	UND	TOYOTA HIACE MINIBUS AT DX 15+1 2025/2025	01	R\$ 338.000,00	R\$ 338.000,00



DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA COPO NO ENCOSTO CENTRAL, PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS, PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE, RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO), RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE, MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO, SAIDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS, SISTEMA MULTIMIDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, AUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.					
---	--	--	--	--	--

Solicitamos ainda, uma vez atendido esta solicitação, que nos encaminhe os seguintes documentos conforme segue:

- Ofício de anuência desta conceituada empresa vencedora dos referidos itens do processo licitatório;
- **PROPOSTA** com o valor conforme Preço registrado na ATA DE Registro de Preço devidamente assinado.
- CÓPIA DA ATA DE REG. PREÇO ASSINADA.
- Cópia dos Documentos RG CPF: do proprietário dos sócios da empresa (autenticada) (se haver sócios)
- Cópia do contrato social (autenticada) ou certificado de cadastro Empresa Individual se for o caso,

Todas as certidões (CND CNPJ RECEITA FEDERAL) - (CND SEFAZ ESTADUAL) - (CND TRABALHISTA) - (CND FGTS CAIXA ECONOMICA) - (CND DIVIDA ATIVA DA UNIÃO) - (ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EXPEDIDA PELO MUNICIPIO DE ORIGEM) e CERTIDÃO DE FALENCIA.

Aproveitamos o ensejo para renovar nos:

Atenciosamente,

gov.br

Documento assinado digitalmente
ODIRLEI QUEIROZ FARIA
Data: 13/02/2025 16:30:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ODIRLEI QUEIROZ FARIA
PREFEITO MUNICIPAL

AV. 13 MAIO, Nº 555, CENTRO- PORTO ESPERIDIÃO - MT
CNPJ: 03.238.904/0001-48

OFÍCIO 42- Aceite de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025- PREF. PORTO ESPERIDIÃO-MT



De <compras@portoesperidiao.mt.gov.br>
Para <Licitacao@grupoenzo.com.br>
Data 2026-02-13 16:56
Prioridade Alta

OFICIO_42_KAMPAI_MOTORS_CUIABA_assinado.pdf (~796 KB)

Boa tarde, Tudo bem?

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhoria, A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.238.904/0001-48, com sede na AV. 13 de maio, Nº 555 - Centro; veio por meio deste consultar a disponibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA COMPOR E RENOVAR A FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT. Com fulcro nos artigos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 8.250/2014, que teve como detentora da Ata de Registro de Preços a empresa: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34.

Desde já agradeço a atenção e parceria...

Giuliana Menkes Negro
COORDENADORA DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - MT
65 99972-0960

000044

ENC: OFICIO 42- Aceite de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025- PREF. PORTO ESPERIDIÃO-MT



De Ana Thais de Souza Romeiro <ana.thais@grupoenzo.com.br>
Para compras@portoesperidiao.mt.gov.br <compras@portoesperidiao.mt.gov.br>
Data 2026-02-26 10:26

- 📎 2026 FEV 26 - KAMPAI MT - PARECER FAVORÁVEL - GLORIA DO OESTE X PORTO ESPERIDIÃO MT.pdf (~160 KB)
📎 10 - FALENCIA KAMPAI CUIABA - 05.03.pdf (~122 KB) 📎 02 - CNPJ KAMPAI CUIABA - 13.04.pdf (~105 KB) 📎 03 - CCI KAMPAI CUIABA - 19.03.PDF (~6 KB)
📎 04 - ALVARA KAMPAI CUIABA - 28.01.27.pdf (~173 KB) 📎 05 - FEDERAL KAMPAI CUIABA - 01.04.2026.pdf (~76 KB)
📎 06 - CND ESTADUAL KAMPAI CUIABA - 12.04.pdf (~10 KB) 📎 07 - CND MUNICIPAL KAMPAI CUIABA 23.03.pdf (~201 KB)
📎 08 - FGTS KAMPAI CUIABA - 10.03.pdf (~103 KB) 📎 09 - CNDT KAMPAI CUIABA - 28.03.2026.pdf (~84 KB)
📎 01.6 - CNH - CARLOS EDUARDO FERNANDES.pdf (~287 KB) 📎 00 - Contrato Social - 3ª Alteração Kampai MT.pdf (~1,5 MB)
📎 01.1 - CNH - KARLOS CESAR FERNANDES.pdf (~108 KB) 📎 01.2 - CNH - KENYA CAMILA FERNANDES.pdf (~172 KB)
📎 01.3 - CNH - CELIA FERNANDES.pdf (~287 KB) 📎 01.4 - CNH - FERNANDO SALES.pdf (~264 KB)
📎 01.5 - PROCURAÇÃO KAMPAI CUIABA - 2026 - assinado.pdf (~166 KB)

Boa tarde,

Segue ofício.

gentileza acusar recebimento.

Att,



Ana Thais de S. Romeiro
Analista de Licitação

ana.thais@grupoenzo.com.br
+55 67 33234343
www.grupoenzo.com.br
MS • SP • MT

De: compras@portoesperidiao.mt.gov.br <compras@portoesperidiao.mt.gov.br>

Enviado: quarta-feira, 25 de fevereiro de 2026 10:20

Para: licitacao <licitacao@grupoenzo.com.br>

Assunto: OFICIO 42- Aceite de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025- PREF. PORTO ESPERIDIÃO-MT

Bom dia, Tudo bem?

Ao tempo que cumprimentamos Vossa Senhoria, A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT, inscrita no CNPJ sob nº 03.238.904/0001-48, com sede na AV. 13 de maio, Nº 555 – Centro; veio por meio deste consultar a disponibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços nº 33/2025, regida pelo Pregão Presencial nº 16/2025, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA COMPOR E RENOVAR A FROTA DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT. Com fulcro nos artigos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e 8.250/2014, que teve como detentora da Ata de Registro de Preços a empresa: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34.

Desde já agradeço a atenção e parceria...

Giuliana Menkes Negro
COORDENADORA DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO - MT
65 99972-0960

000045

TOYOTA

AO

MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO MT

A empresa KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA, inscrito no CNPJ nº 52.251.214/0001-34 sediada na Av. Republica do Libano, 2280 – Bairro Despraiado, CEP: 78048-239, Cuiabá-MT por intermédio de seu representante por procuração, o Sr. Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes, portador do documento de identidade RG nº 912.305, emitida pela SSP/MS, e do CPF nº 861.343.611-00, concessionária da marca TOYOTA, vem mui respeitosamente através deste por meio de seu representante legal, DECLARAR, PARECER FAVORÁVEL à solicitação do MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO MT, referente ao possível interesse de aderir Adesão à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025, tendo por interesse a aquisição de 01 (um) veículos marca/modelo TOYOTA HIACE MINIBUS AT DX 15+1 2025/2025 ofertado no valor unitário de R\$ 338.000,00 (Trezentos e Trinta e Oito Mil Reais).


Assim sendo, manifestamo-nos favoráveis ao pedido deste órgão e aprovamos a presente adesão de ATA.

É o nosso parecer.

Sem mais, nos colocamos à disposição para esclarecer possíveis dúvidas, e agradecemos desde já a compreensão e colaboração de V.Sas.

Atenciosamente,

Cuiabá-MT, 26 de fevereiro de 2026.



Carlos Eduardo Nunes de Mamã Fernandes
Diretor Comercial
RG nº 912.305 SSP/MS
CPF: 861.343.611-00

52.251.214/0001-34
INSC. EST 14.019.638-7
KAMPAI MOTORS CUIABÁ LTDA
AV. REPUBLICA DO LIBANO Nº 2280
DESPRAIADO, CEP: 78.048-239
CUIABÁ MT

000046

**PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO**

Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444

CNPJ : 03.238.904/0001-48

RESULTADO DA COTAÇÃO : VALOR MEDIO

Número da Cotação: 00330/26		Data: 27/02/2026	Abertura: 13/02/2026	Encerramento: 27/02/2026		
Item	Código	Descrição	Qtd.	UND.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	128.000.026	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS	1	UND	338.000,00	338.000,00
TOTAL			1		338.000,00	338.000,00

000047



PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAC
Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444
CNPJ : 03.238.904/0001-48

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PREÇOS E MÉDIA - COTAÇÃO N 00330/26

FORNECEDOR		TELEFONE	CONTATO	FORNECEDOR		TELEFONE	CONTATO
1	KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA	6733220250		6			
2				7			
3				8			
4				9			
5				10			

Item	Quantidade Unidade	Descrição do Produto Código	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Média
1	UND	1 MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MC 128.000.026	338.000,00 338.000,00										338.000,00 338.000,00
		Total da Cotação do Fornecedor R\$	338.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.000,00
		Total do Fornecedor (Itens Vencidos) R\$	338.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	338.000,00


Digitador (a)
Wesley Valadares Cardozo

Aprovado por:

000048



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

C I Nº: 11/2026 /D.COMP

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PARA: ELIZA IGNEZ FAZOLO FERNANDES CARRERA CURRIEL
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Solicito ao Departamento de Contabilidade que seja fornecida as informações quanto à disponibilidade de recursos orçamentários bem como seus respectivos códigos para a contratação do objeto definido como: **AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.**

A contratação será Mediante Processo – ADESÃO A ATA.

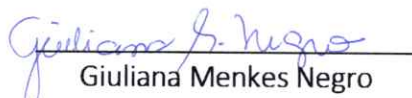
Contratação: Pessoa Física ()

Pessoa Jurídica (X)

Secretaria (s):

(Secretaria Municipal de Saúde)

Porto Esperidião, 26 de fevereiro de 2026.


Giuliana Menkes Negro
Coordenadora de Compras
Portaria 293/2025

✓
000049



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Do: Departamento de Contabilidade

Eliza Ignez Fazolo Fernandes Carrera Curriel

Ao: Departamento de Compras e Almoxarifado

Giuliana Menkes Negro

Em atendimento a determinação do Departamento de Compras e Almoxarifado, venho através deste informar que a despesa solicitada correrá da dotação orçamentária abaixo:

**AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN MINIBUS 15+1 LUGARES PARA
ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE.**

Secretaria	Dotação Orçamentária
06 - Secretaria Municipal de Saúde 02 - F.M.S. Proj/Ativ: 1146 - Aquisição de Veículos para Transporte de Pacientes - UR Média e Alta Complexidade.	 209 - 44.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$: 21.942,50 Fonte: 3.1.500 455 - 44.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$: 316.057,50 Fonte: 3.2.706

Porto Esperidião-MT, em 26 de Fevereiro de 2026.



Eliza Ignez Fazolo Fernandes Carrera Curriel
Contadora
CRC /MT 008870/O-8

000050



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

CI - Nº 11/2026

DE: ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PARA: PREFEITO MUNICIPAL
SR. ODIRLEI QUEIROZ FARIA

Sr. Prefeito:

Solicito a Vossa Sr.^a a autorização para abertura de processo licitatório da Lei 14.133/21 e em atendimento a solicitação da Secretaria demandante, para aquisição conforme descrito na(s) solicitação (es) expedida pela secretaria requerente, Cujo objeto é :

AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Porto Esperidião – MT 27 de fevereiro de 2026

Atenciosamente.


ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
- Secretaria Municipal de Saúde -

Portaria n.º003/2025

✓
000051



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

CI Nº 11/2026

**DO: PREFEITO MUNICIPAL
SR. ODIRLEI QUEIROZ FARIA**

**PARA: ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Conforme solicitado, **AUTORIZO** providências necessárias para que seja aberto processo licitatório com observância das normas e princípios pertinentes para contratação do objeto especificado como:

AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Porto Esperidião - MT, 27 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

**ODIRLEI QUEIROZ FARIA
PREFEITO MUNICIPAL**

000052



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

I n° 11/2026

DE: ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PARA: WOLF FERREIRA DE CAMPOS SANTOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Prezados Senhores:

Solicito deste departamento a elaboração do Edital de abertura de processo licitatório em atendimento a (s) Secretaria (s) solicitante (s) e conforme autorização do Prefeito Municipal, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO VAN (MINIBUS / DIESEL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES QUE SÃO LIBERADOS PELO SISREG PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA CAPITAL ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR: 202542010001.

Conforme definido no pedido, mediante o processo de ADESÃO A ATA. Informo que segue anexas as cotações/projeto básico realizado pela Secretária Municipal de Saúde, através do departamento de Compras para estimativa de valores da prestação dos serviços conforme descrito na solicitação expedida pela secretaria requerente.

Porto Esperidião - MT, 27 de fevereiro de 2026.

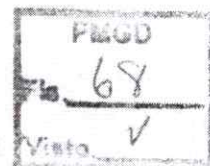
Atenciosamente.

ERIKA LEONEL DE ALMEIDA BORGES

- Secretaria Municipal de Saúde-

Portaria n.º003/2025

000053



PROCESSO ADMINISTRATIVO 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL 16/2025
REGISTRO DE PREÇO

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE, com sede na Av. dos Imigrantes - 2000, centro de Glória D'Oeste - MT, conforme autorização expedida no Processo Administrativo supracitado, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, através de REGISTRO DE PREÇOS na forma PRESENCIAL, Tipo de Julgamento, MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.172, de 13 de Janeiro de 2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A Abertura da sessão inicial do processo acontecerá às 08h00min horas do dia 09 de Dezembro de 2025, no Prédio da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, à Av. dos Imigrantes - 2000, centro de Glória D'Oeste - MT.

1 - DA JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

1.1. O Pregão Presencial tipo Registro de Preço foi a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação.

1.2. A utilização da forma presencial da modalidade Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 (vinte) mil habitantes, como é o caso de Glória D'Oeste -MT, se adequarem à forma presencial:

(..) Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma presencial a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

1.3. A lei federal 14.133/2021, (art. 17), diz que as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo cujo arquivo será acostado ao processo administrativo, e, ainda inserido no canal do município de Glória D'Oeste - MT, no youtube:

<https://www.youtube.com/@prefeituragloriadoeste>

1.4 O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e, Microempreendedor individual, (MEI), no critério do desempate, quando verificado ao final da disputa de preços, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de novembro de 2021.

1.5 O edital de pregão em liça segue o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da lei federal nº 14.133/2021.

000054



PMOD
Fla. 69
Visão ✓

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. **REGISTRO DE PREÇOS** para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste – MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar da presente licitação todas as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, regularmente cadastrados neste município ou que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste edital.

3.2. Será vedada a participação de empresas:

3.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.7. Que estiverem reunidas em consórcio.

3.2.8. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá apresentar no credenciamento a declaração simplificada conforme Anexo - III do edital.

3.2.9. As empresas que enviarem os envelopes de Documentação e Proposta via Correio ou entregar no Protocolo da Prefeitura deverá ser enviado/entregue aos cuidados do Pregoeiro – sr. Sidinei da Silva, no seguinte endereço Av. dos Imigrantes - 2000, Cep.: 78.293-000, Centro, de Glória D'Oeste - MT, em horário de expediente até 10 minutos antes do horário previsto para o credenciamento.

000055



PMGD
Fls. 70
Visto. ✓

3.2.10.A documentação exigida para proposta de preços e habilitação será apresentada em 02 envelopes, timbrados ou com o carimbo do CNPJ, lacrados até a data, hora e local designados neste edital e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

DATA DE ABERTURA: 09/12/2025 HORÁRIO: 08h00min

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E ENDEREÇO) se o envelope não for timbrado

ENVELOPE 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

DATA DE ABERTURA: 09/12/2025 HORÁRIO: 08h00min

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E ENDEREÇO) se o envelope não for timbrado

3.3. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

3.4. Caso eventualmente ocorra a abertura do Envelope 02 - Habilitação antes do Envelope 01 - Proposta de Preços, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto o (a) Pregoeiro (a) por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

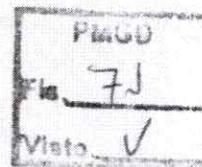
4.2. O credenciamento far-se-á por meio de Carta de Credenciamento, instrumento público de procuração ou instrumento particular com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.3. Não haverá credenciamento no caso de apresentação de carta de credenciamento, Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.4. Cópia de documento de identidade do representante;

4.5. instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou

000056 ✓



estatuto), o qual deverá constar os poderes necessários à assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica. Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhe os poderes necessários

4.6. Declaração Unificada (conforme modelo Anexo - III);

4.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, deverão apresentar a Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta dias), da data de abertura desta licitação, (as MEI apresentar apenas o Certificado), a não apresentação da certidão significa renúncia expressa e consciente, desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 aplicáveis ao presente certame;

4.8. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

4.9. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

4.10. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

4.11. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

5. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

5.1. Após o recebimento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o (a) Pregoeiro (a) declarará aberta à sessão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos ENVELOPES contendo a Proposta de Preços.

5.2. Após o (a) Pregoeiro (a) declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido;

5.3. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor e nos envelopes de habilitação remanescentes;

5.4. O Pregoeiro providenciará a devolução dos envelopes "documentos de habilitação" dos licitantes remanescentes, à exceção dos relativos aos 2º e 3º classificados na ordem crescente, que ficarão retidos até assinatura da Ata/Contrato pela licitante vencedora;

5.5. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos

000057



PMGO
Fls. 72
Visto. ✓

trabalhos.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE – 01)

6.1. A licitante deverá entregar a proposta no envelope 01 sem emendas ou rasura apresentadas em papel timbrado da própria empresa, impressa, contendo, obrigatoriamente os itens abaixo relacionados:

- nome, endereço, CNPJ;
- número do Processo e do Pregão;
- descrição completa dos produtos ofertados, objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações, atendendo o Anexo I deste Edital;
- ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando duas (02) casas decimais após a vírgula desprezando-se a fração remanescente. Em caso de dúvida, prevalece o valor unitário.
- nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, no caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o (a) Pregoeiro (a) considerará que o mesmo será de 60 (sessenta) dias.

6.2. O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável.

6.3. Será **DESCCLASSIFICADA** a empresa que:

- Não atender às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, retardar a sessão ou estar com a descrição das mercadorias em desacordo com a forma solicitada, conforme ANEXO I do edital.
- Apresentar cotação inferior à quantidade prevista neste Edital ou Propostas alternativas.

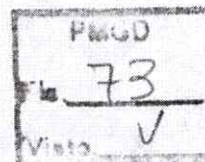
7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. O (A) Pregoeiro (a) procederá à abertura do Envelope 01, contendo as Propostas de Preços, e estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (EXAME DE CONFORMIDADE), sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

7.2. O (A) Pregoeiro (a) classificará o autor da proposta de MENOR PREÇO, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos ou superiores em até 10% (dez por cento) para participarem dos lances verbais;

7.3. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas nas condições do item acima o (a) pregoeiro (a) classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.4. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para disputa, por meio de



lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nessa condição será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.6. O licitante que desistir de apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), será excluído da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

7.7. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.8. Na divergência entre o preço total e unitário, prevalecerá o unitário.

7.9. Quando houver discrepância entre os valores unitários e os totais resultantes de erros de multiplicação e quantidades por valores unitários prevalecerão os valores unitários e o valor total será corrigido.

7.10. Quando houver discrepância entre os valores dos subtotais e os totais, resultantes de erros de adição prevalecerão os valores dos subtotais corrigindo o valor total;

7.11. No caso de discrepância dos dados ofertados nas propostas e nos anexos, prevalecerão os da proposta, exceto nos casos em que os anexos forem mais vantajosos para a Administração Pública;

7.12. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.12.1. O (A) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor;

7.12.2. Será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances verbais, poderá fazê-lo na forma e oportunidade previstas neste Edital;

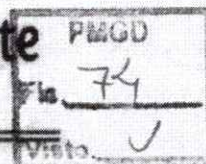
7.12.3. A licitante vencedora, após a etapa de lances, deverá assinar a ata constando o valor final negociado.

7.13. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e o(s) licitante(s) presente(s).

7.14. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE – 02)

000059



8.1 Os documentos necessários à participação na presente licitação, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, respectivamente, devendo os EXTRAIDOS VIA INTERNET em original e os demais por qualquer processo de cópia ou publicação em órgão de imprensa oficial. Caberá ao Pregoeiro e Equipe de Apoio solicitar, a qualquer momento, os originais para confrontação.

8.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

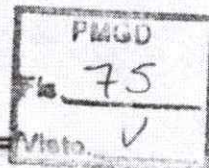
- a) Cédula de Identidade e Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Certificado de Microempreendedor Individual ou Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou a respectiva consolidação, se houverem, devidamente registrada, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou ainda;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.
- e) No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2 A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados no item 8.2 alíneas "a, b, c d", caso já tenha apresentado por completo quando do credenciamento junto ao pregoeiro.

8.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista.

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, que engloba a Certidão de Quitação de Tributos Federais e a Certidão Quanto a Dívida Ativa da União e Prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Débitos Gerais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (ISS) do domicílio ou sede da empresa.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRS), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.;
- f) Certificado de Regularidade do Tribunal Superior do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - (CNDT) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.

000060



8.4 Qualificação Econômica Financeira

- a. **Certidão Negativa de Falência e Concordata (AUTOR E RÉU)**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b. A certidão apresentada sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terá o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua emissão.
- c. Caso as empresas estejam em recuperação judicial deverão apresentar plano de recuperação aprovado pelo Poder Judiciário para participar da licitação.
- d. Certidão Simplificada, ou Simplificada da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 60 (sessenta) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).
- e. As certidões de falência e concordata/recuperação judiciais solicitadas perante o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, seja de forma presencial ou pelo site oficial, no campo tipos de parte, devem ser selecionada as opções AUTOR/MOVIDAS POR e RÉU/DESFAVOR.
- f. Assim, a certidão emitida pelo TJMT que constar apenas a opção AUTOR/MOVIDAS POR ou apenas a opção RÉU/DESFAVOR não será suficiente para atestar a inexistência de ações de falência e concordata para cumprimento da lei de licitações.
- f.1. Para os licitantes dos demais estados, deverão certificar-se de que as certidões expedidas em suas comarcas, mesmo que não contenham especificamente os termos acima, atestam a inexistência de ações de falência e concordata movidas pelo Autor e em face do mesmo, uma vez que, diante de cada caso concreto, a Agente de Contratação poderá realizar diligências a fim de verificar o atendimento das informações mínimas necessárias para a certificação exigida pela Lei.

8.5 Qualificação Técnica

- 8.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 8.5.2. Ficha técnica/catálogo dos veículos propostos com toda especificação bem como indicar site para sua autenticação.
- 8.5.3. Declaração de garantia mínima de 03 ano de Fábrica e de que será mantido, no mínimo por este prazo, posto de atendimento num raio de 350 quilômetros de distância da sede do município medido por estradas asfaltadas.

8.6 Declaração Unificada

- a) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme estabelecida pelo art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
- b) que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para

000061



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

c) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

d) que a contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) que atende os requisitos de habilitação estabelecida pelo art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

f) o seu não enquadramento em qualquer das proibições estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

g) que cumprirá os prazos da entrega dos produtos, conforme solicitado pela Secretaria Municipal ou órgão requisitante;

h) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

i) **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação da licitação, sob as penas da lei, que está apta a tomar parte no processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

j) **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins de participação desta licitação, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de servidor ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste/MT que detenha poder de influência sobre o resultado do certame, participando direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação.

8.7 Disposições Gerais da Habilitação

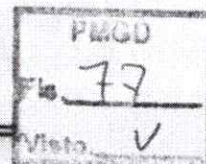
8.7.1 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

8.7.2 Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, o (a) Pregoeiro (a) efetuará a consulta no site correspondente, para a verificação da sua autenticidade.

8.5.4. No caso de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte serão asseguradas prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da decisão do (a) Pregoeiro (a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro (a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de

000062 ✓



classificação, para a assinatura da ata/contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DOS RECURSOS

9.1. Os interessados em impugnar edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ou enviar no e-mail licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à autoridade que tiver editado o ato ou proferir a decisão recorrida.

9.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório serão designadas nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e apresentação de documentos.

9.4. Dos atos da administração decorrentes da aplicação da lei 14.133/2021, cabem:
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

000063



§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme prevê o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

10.2 Considerando o disposto no art. 82, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, o cancelamento da ata de registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

- a) Recusar-se a entregar o objeto adjudicado, no todo ou em parte, pelo prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o prazo preestabelecido neste Edital;
- b) Incorrer em atraso decorrente de defasagem da entrega de qualquer item adjudicado, em relação ao cronograma em vigor, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do produto, superior a 50% (cinquenta por cento) do prazo global;
- c) Falir ou dissolver-se, ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato;
- d) Descumprimento de condições previstas na Ata de Registro de Preços;
- e) Não Cumprimento dos preços registrados;
- f) Não manter as condições de regularidade fiscal e trabalhista ou demais condições de regularidades comprovadas durante a fase de habilitação;

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO FORNECIMENTO

11.1 Homologado o procedimento, o licitante vencedor será convocado para que dentro do prazo de 05 (cinco) dias corridos, assine a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra esse Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo, ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida no item 17 do presente edital.

10.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

10.2 Colhidas as assinaturas, será providenciada a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

10.3 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas pelo Departamento de Compras, em cada "Autorização de Fornecimento". ✓

000064